Saudação a Mauro Benevides

Mozart Soriano Aderaldo

Senhor Presidente e demais membros do Institudo do Ceará:

Inicia o Pe. Antônio Vieira o seu Sermão do Nascimento da Mãe de Deus, pregado no convento das freiras de Odivelas, afirmando ser "obrigação dos historiadores, nos nascimentos das grandes personagens", "dizer o lugar onde nasceram, o tempo em que nasceram e os pais de que nasceram" Estranhou ele, por isso, ter o evangelista São Mateus omitido esses dados sobre aquela grande mulher, destinada a ser a mãe de Jesus. Mas logo descobriu o pregador que, sobre serem importantes as informações olvidadas, fundamental mesmo é a revelação do para que nascemos nós.

Sirva-nos o episódio de fanal deste trabalho de gizar a personalidade do Dr. Mauro Benevides, novo sócio efetivo, hoje empossado, do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Mesmo porque muito carecemos daquela ajuda, tão rica é a personalidade do homenageado desta noite.

Principiemos, como o recomenda a sistemática, pelas origens de sua ilustre família em nossa terra.

Em 1843 foi nomeado vigário da freguesia de Nossa Senhora da Glória de Maria Pereira o Pe. Antônio José Sarmento Benevides, natural de Sousa, na Paraíba. No exercício desse cargo, não demorou o Pe. Sarmento a integrar-se na terra de adoção, merecendo do Governo Imperial o honroso título de Cavalheiro da Ordem de

Cristo, pelos relevantes serviços prestados à população de sua vigararia durante a seca de 1845.

Sua mentalidade participativa o levaria ao ingresso no Partido Conservador, disso resultando a sua eleição à Assembléia Provincial como Deputado em oito legislaturas bienais consecutivas, de 1850 a 1867, exceção ocorrida apenas quanto aos anos de 1858 e 1859. Dessa sua atividade política legou-nos precioso testemunho o Marechal José Maria da Silva Bitencourt, Presidente da Província, ao afirmar ao Ministro do Império que o Pe. Sarmento Benevides procedia dignamente no desempenho de suas funções paroquiais, igualmente ao que ocorria nos mais atos de sua vida pública e particular, sempre demonstrando ser possuidor de "decidido espírito de adesão à causa da Monarquia Constitucional".

Integrando-se por inteiro na vida da terra de adoção, o Pe. Sarmento Benevides não demorou em chamar para perto de si alguns de seus parentes paraibanos, a quem "recomendou a enxertia do seu clã no outro clã", na forma poética superiormente fixada pelo ilustrado mombacense Dr. Francisco Alves de Andrade, um dos ornamentos culturais do Instituto do Ceará, em sua "Saga dos Sertões de Mombaça — a Poesia dentro da História e da Geografia Sentimentais".

Ao "outro clã" pertenciam os nossos ascendentes — os meus e os do Professor Francisco Alves de Andrade —, que já enriquecido tinham os primeiros passos daquela típica civilização interiorana, cujo magnífico exemplo é a prisão de dois bandidos por um dos meus ascendentes paternos, o Coronel Antônio Honorato da Silva Limoeiro, dono da fazenda Barra Nova, ainda hoje plantada à margem da Rodovia do Algodão, construída por outro descendente seu, o saudoso Governador Plácido Aderaldo Castelo. O episódio se acha devidamente registrado por pesquisadores de alta categoria, como Gustavo Barroso, Esperidião de Queirós Lima, Augusto Tavares de Sá e Benevides e outros, geralmente subordinado ao título "Noivado de Sangue", sendo dele principal protagonista uma ascendente direta de Rachel de Queirós.

Não tardou que para Maria Pereira se deslocassem os parentes do Pe. Sarmento, atendendo a cartas dirigidas a seu tio José Joaquim

de Sá e Benevides e a seu irmão, o magistrado e deputado provincial na Paraíba, Dr. Francisco Tavares de Sá e Benevides.

Eis que em 1844 chegam a Maria Pereira alguns de seus parentes, um dos quais se fez acompanhar de nove filhos, dois homens e sete mulheres, todos depois radicados na nova terra, com exceção de um somente, que retornou à Paraíba, onde traçou brilhante carreira política.

De Maria Pereira, antigo nome de Mombaça nela posto em homenagem à primitiva sesmeira da fazenda Boca da Picada, expandiram-se os Benevides por quase todo o território cearense, fixando-se, bom número deles, em Pacatuba, de cuja política participaram e participam ativamente, faz muitos anos, nas hostes do Partido Social Democrático, dissolvido — como as demais agremiações político-partidárias — pela legislação revolucionária posterior a 1964, e que antes recebeu outras denominações, dentre as quais é de justiça recordar o chamado "rabelismo", ainda tão vivo que um correligionário do Dr. Wilson Gonçalves, candidato à Vice-Governadoria do Estado nas eleições de 1958, fiel à herança política recebida de seus ascendentes, relutou em apoiar seu companheiro de chapa, o Dr. Parsifal Barroso, de origem "marreta", quarenta e quatro anos após o episódio da Sedição de Juazeiro.

É, assim, de insofismável vocação política a personalidade do Dr. Mauro Benevides. Seu avô Artur Feijó Benevides, Major da Guarda Nacional, representou em Pacatuba a política aciolina, chefiando o Partido Conservador no município. Seu pai,, Carlito Benevides, foi deputado estadual em duas ocasiões, a primeira como integrante de LEC — Liga Eleitoral Católica, nos idos de 1935 a 1937, quando participou da elaboração da Constituição Estadual votada naquele período, posterior à Revolução de 1930, e a segunda vez como filiado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de 1979 a 1982, sob a chefia de seu filho Mauro.

De par com tão forte herança político-partidária, sempre foi notória a formação religiosa do Dr. Mauro Benevides, merecendo presidir, já com o aprumo característico de sua personalidade, a saudosa União de Moços Católicos, tragada pelos vendavais pós-conciliares, apesar dos relevantes serviços prestados à formação moral e religiosa da mocidade fortalezense. Militei, então, a seu lado, sob a

orientação paternal do saudoso Pe. Perdigão Sampaio, ensejando-se-me a oportunidade de admirar sua direção serena, mas segura, que a todos contentava sem quebra da linha ideológica defendida pela entidade religiosa como um todo. Foi por isso estimadíssimo pelo mais católico dentre quantos bispos tenho conhecido, o salesiano Dom Antônio de Almeida Lustosa, de saudosíssima memória.

Enquanto isso, o Dr. Mauro Benevides não descurava de sua formação intelectual, cursando a Faculdade de Direito do Ceará, hoje integrante de nossa Universidade Federal, e a Faculdade Católica de Filosofia, onde ensinei Literatura Brasileira e da qual seria Diretor seu tio Artur Eduardo Benevides, poeta inspirado e alma de escol.

Ingressando nas atividades políticas, o Dr. Mauro Benevides conseguiu eleger-se Vereador de Fortaleza, pela legenda do Partido Social Democrático, desempenhando seu mandato de 1955 a 1959, ocasião em que também concorria, pela mesma organização partidária, para idênticas funções, cabendo-me apenas a primeira suplência do partido.

Da vereança municipal ascenderia o Dr. Mauro Benevides à deputação estadual em 1959, sempre pelo Partido Social Democrático, militando posteriormente no Movimento Democrático Brasileiro a convite de seu particular amigo Professor José Martins Rodrigues, organizando com este e outros o núcleo do partido a cuja frente se acha, sem solução de continuidade, desde a lamentada morte daquele inesquecível e brilhantíssimo parlamentar. Nessa condição foi eleito Senador da República, não estando alheios a essa escolha alguns de seus antigos admiradores, então militando em facção diversa da sua. Projetou-se nacionalmente no exercício do honroso mandato e atualmente se acha à frente da Tesouraria Nacional do PMDB, a convite do presidente dessa agremiação partidária, o Deputado Ulisses Guimarães, segunda autoridade da administração brasileira, no momento.

Bela carreira que, entretanto, não influiria em nada na eleição do Dr. Mauro Benevides para o Instituto do Ceará, isentos que somos das agitações políticas. Sua feliz escolha se deveu aos estudos de sua lavra sobre a terra cearense e o Nordeste em geral, aos quais vem dando o melhor de sua generosidade e de seu afeto.

Embora nascido em Fortaleza, o Dr. Mauro Benevides não esqueceu a terra em que viveram e lutaram seus maiores, a Pacatuba de seus encantos e de quantos a ela se acham vinculados pelos laços da sentimentalidade. E, por extensão, interessou-se pelos problemas do Ceará inteiro e do Nordeste como um todo, este nosso querido terço do território brasileiro tão ignorado e por isso subestimado pelo Brasil meridional, que se locupleta de seu desenvolvimento, impingindo uma produção industrializada ao nosso sofrido povo e não permitindo que este mesmo povo receba, sequer, as migalhas que caem da mesa dos faustosos banquetes de Baltasar. A solução que nos apontam, sobre ser insincera, pois elidiria um grande mercado consumidor, é francamente infantil. E vem de longas datas e se repete freqüentemente, como há pouco um Secretário de Agricultura de Estado sulista apregoava, oferecendo-nos afrontosamente o prato de lentilhas de nosso total despovoamento. Fez como a personagem de conhecida anedota, que resolveu o seu problema com a simples retirada do sofá...

Não somos nós que o dizemos, mas o autorizado e insuspeito Jacques Lambert, sociólogo francês que nos legou o precioso estudo intitulado "Os Dois Brasis": — faz-se mister conhecer para respeitar as peculiaridades das duas grandes regiões brasileiras, o Norte e o Sul, a fim de que pelo regional se chegue ao nacional, assim como pelo nacional é que se alcança o universal. Essa filigrana, não alcançada pelos apedeutas, é que vem mantendo a unidade nacional, agora posta em risco pelos que subestimam uma terra que deu á nação o maior dos juristas — Clóvis Beviláqua, o maior dos prosadores românticos — José de Alencar, o maior dos filósofos — Farias Brito, o maior dos historiadores — Capistrano de Abreu e o maior dos músicos nacionais — Alberto Nepomuceno.

Nossa luta vem de longos tempos, desde as reclamações, em ofícios circunstanciados aos Capitães-mores, seguindo-se os relatórios dos Governadores da Capitania, as Falas dos Presidentes da Província ao órgão legislativo local e as Mensagens dos Presidentes, depois Governadores do Estado, à Assembléia Legislativa. E, acima de tudo, os pedidos insistentes e as reclamações reiteradas aos poderes nacionais, sempre surdos aos apelos de nossos governantes.

Ao lado da visão político-administrativa dos dirigentes do Ceará os pesquisadores se dedicaram, com esforço inaudito, ao estudo das causas, à identificação das conseqüências e às soluções diversas para o clássico problema das secas. O Senador Pompeu assim o fez em rica bibliografia que está a merecer reedição, justificando-se a citação, em primeiro lugar, do "Ensaio Estatístico da Província do Ceará" e, depois, da "Memória sobre o clima e secas do Ceará", do "Sistema ou configuração orográfica do Ceará", e da "Memória sobre a conservação das matas e arboricultura" e, finalmente, dos dois volumes intitulados "Memória sobre a estatística da população e indústria do Ceará em 1856" e "Memória estatística da Província do Ceará sobre sua relação física, política e industrial em 1858".

Muitos e muitos outros seguiram as pegadas do grande parlamentar cearense, merecendo referência especial de minha parte, muito especial e afetiva, e respeitado o espírito de síntese próprio de discursos como este, a figura sob os pontos de vista respeitável de Rodolfo Teófilo, que nos legou preciosas informações sobre as "Secas do Ceará (Segunda Metade do Século XIX)", "A Seca de 1915" e "A Seca de 1919", em três raros volumes.

A busca de uma solução para o problema persistiu sem desfalecimento em todo o Nordeste e no Ceará de modo especial, visto ser o nosso Estado o único cujo território, quase por inteiro, se acha sujeito às crises climáticas. Justiça, pois, é o que se faz quando ressaltadas são as pesquisas do curioso cônsul inglês no Ceará, Mr. Francis Hull, e do engenheiro Sampaio Ferraz, que, por caminhos diferentes, previram a grande seca de 1958, muitos anos antes de sua ocorrência. E, mais recentemente ainda, a rica colaboração do saudoso consócio Guimarães Duque, que se debruçou sobre a nossa problemática, apesar de ser mineiro de nascimento, premiando-nos com obras de real valor, como "Solo e água no Polígono das Secas", "Agricultura do Nordeste e Desenvolvimento Econômico," "Ruralismo e Urbanismo — um binômio a serviço da Humanidade", "A Política de abundância de alimentos", "Perspectivas Nordestinas" e, finalmente, "O Nordeste e as lavouras xerófilas".

Seu principal divulgador e sincero admirador é outro sócio desta Casa do Barão de Studart, o Dr. Francisco Alves de Andrade, que vem contribuindo com avultado rol de publicações sobre nossos

problemas, dos quais são exemplos os seguintes volumes: "Subsídios para o estudo dos usos e costumes pastoris do Nordeste (Marcas de Ferro a Fogo Usadas no Ceará)", "Agronomia e Humanismo", "Agropecuária e desenvolvimento do Nordeste", "Ensaio de Sociologia Rural", "Estrutura agrária — diagnose espacial das unidades ou estabelecimentos agrícolas no Estado do Ceará", "Humanismo telúrico do Nordeste", "Perspectivas Nordestinas", "O Presbítero e os Sertões", "Problemática agronômica das secas frente ao ensino das Ciências agrárias no Nordeste", "Problemática dos recursos naturais numa visão sistemática do desenvolvimento econômico e humano" e "A Reforma agrária no Polígono das Secas".

Reservei propositadamente para o fim desta relação que desejei sintética as figuras inolvidáveis do Professor Joaquim Alves e do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, neto do Senador Pompeu. O primeiro deles nos deixou parcimoniosa porém rica bibliografia sobre o Nordeste, tais como "Juazeiro, cidade mística", "Nas fronteiras do Nordeste", "O Vale do Cariri" e "História das Secas (Séculos XVII a XIX", integrante, esta última publicação, da Grande História do Ceará que esta Casa se propôs editar, realizando plano gigante do Dr. Pompeu Sobrinho, seu Presidente Perpétuo até 1967, ano de sua morte.

Arrematando a relação de estudiosos de nossa problemática, apraz-me citar como *primus inter pares* o já referido Dr. Pompeu Sobrinho. Forçoso será escolher alguns de seus estudos dentre sua riquíssima bibliografia, que ultrapassa a marca dos cem volumes, arriscando-me a cometer omissões imperdoáveis. Comecemos pelos trabalhos intitulados "Povoamento do Nordeste Brasileiro" e "O Homem do Nordeste", publicados na Revista do Instituto do Ceará relativa ao ano de 1937, merecedores de maior divulgação em volume único: "Pré-história cearense", "Proto-história cearense", "Sesmarias cearenses" e o segundo volume da "História das Secas" (Século XX), continuação da obra de igual título de Joaquim Alves.

Não há como negar que esses estudiosos, gigantes em sua persistência e não menores em suas conclusões, enfrentando o desinteresse generalizado e a pobreza de nossos arquivos, muito concorreram para sensível mudança de uma mentalidade ioguista em algo viril que já mostra sinais evidentes de reação generalizada contra

as injustiças do Governo brasileiro. São conceitos novos, sedimentados ao longo de anos e mais anos de estudos de quantos se debruçaram sobre nossos problemas, cuja conclusão maior, a meu ver, é a de que a História, em virtude de sua íntima convivência com as demais ciências humanas, deveria merecer maior utilização como instrumento de avaliação das causas determinantes da crise de pauperismo que ocorre no Nordeste, mais acentuadamente nos períodos de seca, crise essa que persiste como um desafio gritante à capacidade técnico-administrativa do Poder Público. Lembro-me, a propósito, da dupla lição que aprendi em obras lidas nos meus verdes anos. Uma da lavra do gênio de Shakespeare quando, pela voz de Polônio a seu filho Laertes, aconselha judiciosamente: — "Não emprestes nem peças emprestado, que emprestar é perder dinheiro e amigo, e o oposto embota o fio à economia". Outra, de autor mais popular, Daniel Defoe, quando nas "Aventuras de Robinson Crusoé", fazendo-se passar pelo pai do herói da novela, ao aventureiro demonstra que "as calamidades da existência são principalmente o apanágio dos mais altos colocados e da gente baixa". Conselhos que bem poderiam estar presentes nas decisões governamentais, quando se apela para o empréstimo nas horas de sacrifício e se reclama quando os credores cobram escorchantes juros. Nosso grande escritor Herman Lima, em suas memórias intituladas "Poeira do Tempo", num capítulo dedicado a Felino Barroso, pai de Gustavo, lembra episódio ocorrido com o velho cearense, em que ele, com sua clássica verve, bem caracteriza os governos do Brasil. Passemo-lhe a palavra: — "Uma vez, passeando a cavalo perto de Messejana, disse (Gustavo Barroso) a um caboclo na estrada que me abrisse a porteira. O homem olhou-me com sobranceria e replicou-me: "Quem é que o senhor pensa que eu sou? Chamo-me João Caetetu, moro na Cambeba, devo cem mil-réis ao coronel Tristão, duzentos a seu Timbira e cinqüenta ao Pedro Gato da venda. Quem é que o senhor pensa que eu sou para andar abrindo porteiras para os outros?" — Esse caboclo que somente tinha orgulhos e dívidas — concluiu meu pai (Felino Barroso) — parece o retrato do Brasil". Mas nem mesmo as dívidas se aplicam no Nordeste ... Mais ainda: nossas verbas são exauridas pelas unidades federativas do Sul, de que é magnífico exemplo o desvio de bilhões de cruzeiros, orçamen-

tariamente vinculados a calamidades naturais, como as secas e as enchentes, para a salvação de um banco insolvente e quebrado pela má administração de seus dirigentes! E isto precisamente no ano em que todo o Nordeste sofria a mais calamitosa das enchentes registradas pela história... É que, no testemunho do biólogo René Dubos, "com demasiada freqüência a ciência está sendo agora usada para aplicações tecnológicas que nada têm que ver com as necessidades humanas, e que só visam à criação de novos desejos artificiais". Tais desejos, uma vez satisfeitos, "não contribuíram muito para a felicidade ou para o significado da vida".

É bem verdade que alguma coisa foi feita no decorrer de século e meio de lutas e sofrimento e não seria eu quem o negaria, aliás infrutiferamente. Exige referência especial a criação, somente na primeira década deste século, da IFOCS — Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, depois DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e muitos anos depois a SUDENE — Superintedência do Desenvolvimento do Nordeste e o BNB — Banco do Nordeste do Brasil, instrumentos desafinados durante algum tempo mas de qualquer modo peças importantes no equacionamento e solução de nossos problemas. Não se estranhe, pois, que um Ministro de Estado, a quem se acha vinculado o esforço em prol do desenvolvimento de nossa Região, não se temesse de declarar ao "Diário de São Paulo", a 30 de outubro de 1970, que "infelizmente, os resultados da seca de 1970 provaram que a SUDENE não conseguiu atingir seu objetivo, no que respeita ao fortalecimento da infra-estrutura agropastoril da zona semi-árida do Nordeste". As observações daqueles pesquisadores aqui referidos explicam a razão de ser dessa contingência, enumeradas que foram as causas da fragilidade econômica da vida rural nordestina. A partir da premissa básica de que não se deve agricultar contra a ecologia, essas idéias todas se fundem na solução Compósita, tão bem exposta pelo Dr. Pompeu Sobrinho na sua monumental "História das Secas (Século XX)", segundo a qual devem ser utilizados todos os processos de ajustamento do homem, ao seu ambiente através da garantia da continuidade de uma ação técnico-administrativa, desenvolvida por forma válida e eficaz.

Se o Poder Público levasse avante o propósito de aplicar aquelas

diretrizes na solução de nossos problemas, poder-se-ia corrigir, gradualmente, a vulnerabilidade da economia agropastoril do Nordeste, máxime da região oriental em que se insere o Ceará. Para isso, entretanto, será necessário criar-se a unidade de comando administrativo, cuja inexistência responde pela descoordenação do trabalho executado. Citemos como exemplo a SUDENE, que dispensa seu potencial como órgão de planejamento, de execução e de fiscalização, não dispondo das condições necessárias para o exercício desse comando e para o efetivo alcance de uma visão global da problemática rural. Haja vista para o problema na irrigação. As culturas de subsistência, no Nordeste semi-árido, apenas alcançam sucesso nas áreas irrigadas, cuja extensão é praticamente insignificante, se comparações forem feitas com as demais áreas de atividades agrícolas e pastoris, urgindo, destarte, que o programa de irrigação seja prioritário, com execução veloz e amplitude total, a fim de ser abreviado o completo aproveitamento desse precioso recurso atinente às águas disponíveis. Precisamente o contrário do que tem sucedido e vem sucedendo em nossa região.

Para a solução completa e ecológica dos problemas próprios do semi-árido nordestino, bolsões de seca não suscetíveis de irrigação, mister será a imediata reformulação dos esquemas e dos sistemas de assistência governamental, de modo a ficar garantida a aplicação constante e crescente dos recursos científicos já conhecidos, tanto na pesquisa como na promoção extensionista, que poderão ensejar a médio e até a curto prazo, as soluções para as culturas resistentes às secas, ditas xerófilas, e para a melhoria das pastagens com base na ecologia regional. Plantas nativas, ora exploradas extrativamente, poderão merecer o tratamento de lavoura xerófila, com safras anuais.

A assistência creditícia há de ser também reformulada, talvez por inteiro, a fim de adequar-se à atual situação de fragilidade econômica de nosso ecossistema e garantir, para o futuro, a rentabilidade dos investimentos dos órgãos públicos pelo exercício de uma função orientadora, de sentido verdadeiramente pedagógico, junto aos financiados, mais despreparados do que irresponsáveis, salvo as desonrosas exceções, em que os empréstimos destinados à agropecuária são criminosamente aplicados na construção de suntuosos edifícios nos bairros mais sofisticados das capitais nordestinas. O

modelo de financiamento dos projetos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, com os recursos dos chamados artigos 34/18, necessita de ser adaptado a novas diretrizes, com o objetivo de operar os efeitos visados pelo Governo na elogiável tentativa de ajudar o produtor rural, ainda à espera de um condicionamento técnico e financeiro capaz de gerar uma capitalização que possa beneficiar o assistido e a região como um todo.

Se o quadro do pauperismo endêmico, acentuado sensivelmente nos perigos epidêmicos das secas, revela a quase estúpida inobservância daquelas diretrizes salvadoras, urge que o Poder Público conheça com objetividade as condições de nossa região sem o que não se dará a redenção nordestina. Cumpre-lhe não somente assegurar um desenvolvimento global e auto-sustentável do Nordeste brasileiro, através de sua imediata e não-interrompida aplicação, mas ainda e principalmente imprimir às novas formas de atuação uma velocidade capaz de recuperar o precioso tempo perdido com a desordenação, o irrealismo e a descontinuidade da política ruralista do Nordeste. Por isso parece uma gaiatice a insistência no ponto de vista de que o tipo de Reforma Agrária que se quer implantar deve começar pelo Nordeste, pois sabemos que nossa pequena produção decorre menos do proprietário rural e da menor ou maior extensão de suas terras do que da política inadequada do próprio Poder Público em relação à nossa problemática, para cuja solução compósita muito concorreram aqueles pesquisadores referidos e outros que não caberiam em discurso desta natureza. Foi isto o que, por trinta e sete anos seguidos, do alto da Cátedra da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, da qual me afastei há pouco tempo, ensinei a meus incontáveis e queridos alunos, dentre os quais saliento, com justiça, o atual Chefe do Poder Executivo em nosso Estado. Poder-se-ia estranhar uma opinião que parece chocar-se com o rolo compressor de uma mentalidade reformista a qualquer preço, laborada tecnicamente e fielmente executada por seus fanáticos seguidores. A esses diria eu que, não possuindo um palmo sequer de terras rurais, não falo em causa própria mas em defesa da região que tanto amo. E acrescentaria que, talvez, a reforma que primeiramente se impõe é a urbana, em que muitos dos obstinados propugnadores de uma imediata Reforma Agrária confiscatória no Nor-

deste, que para mim traria inapelavelmente o caos ao nosso sertão, não por ser reforma nem por ser agrária, mas pelo espírito que a inspira, não são mais do que disfarçados exploradores de todos, inclusive da pobreza, que paga escorchantes laudêmios decorrentes de uma legislação enfitêutica ultrapassada que ninguém, dada a importância de quem dela se beneficia, tem coragem de enfrentar. E não falemos agora, por ser impróprio a esta ocasião, dos inúmeros problemas que a ganância imobiliária urbana acarreta, inclusive quanto à ecologia.

Àquela coorte de estudiosos se veio juntar o Dr. Mauro Benevides, assim revelando não somente *onde* e o tempo *em que* nasceu e os ascendentes *de que* procede, como ainda e principalmente o *para que* veio ao mundo, num programa em que, para nós dois, católicos que somos, não se omitiu a vontade de Deus.

Realmente, de admirar é que um político militante de seu estofo encontre tempo e disposição para debruçar-se sobre a problemática nordestina, em vez de contentar-se com repetidos e por vezes desagradáveis casos partidários. E se debruce não com o sentido anti-humano da visão exclusivista de um tecnocrata, mas sempre fiel àquela gente e a esta terra que ama com desvelo, estude os nossos problemas sob o largo pálio de uma apreciação legitimamente humanista. Ainda como Deputado à Assembléia Legislativa do Ceará publicou, em 1968, a monografia intitulada "Aspectos da Problemática Nordestina". Já como Senador da República, divulgou "Algumas Sugestões para o Combate às Secas", de 1977; "Delmiro Gouveia e o Desenvolvimento Nordestino", no ano seguinte; e "Perspectivas do Nordeste e do Ceará", em 1981. De permeio, planejou bem e vem executando melhor, numa constância comovedora, a série de estudos sobre "Temas Nacionais e Problemas Nordestinos", com o primeiro volume datado de 1975 e os cinco que se lhe seguem com as indicações de 1976, 1977, 1978, 1979 e 1980.

Vê-se, desta forma, que sua inspiração se alicerça mais naqueles humanistas antes citados do que nos tecnocratas que mais valorizam as cifras do que o Homem, esquecidos de que este é o elemento principal e de que aquelas são úteis apenas quando postas a serviço da humanidade. Não obstante, como já foi proclamado alhures, "as musas não fazem mal aos doutores" ou, melhor dito, são

os humanistas os mais adequados administradores, mesmo quando para o exercício da função se requeiram conhecimento de ordem puramente técnica.

O Dr. Mauro Benevides, debruçando-se como humanista sobre nossos problemas, os tem equacionado de forma soberba e eficaz, exatamente em decorrência da visão globalizadora que possui e que sua formação intelectual possibilitou. É bacharel em Direito e é bacharel em Letras, e isto o armou, com a experiência herdada de seus maiores, reforçada pelo trato diário com os problemas de seus geralmente necessitados correligionários do Nordeste brasileiro, para as lides da vida

Quem o conhece de perto, como eu, sabe ser ele o homem de concórdia, de paz e de entendimento, atendendo a todos, correligionários, desconhecidos e até adversários, com prestimosidade, simplicidade e elegância de conduta. Em seu escritório particular recebe, diariamente, avultado número de pessoas, sempre afável e solidário. É dos raros que sabem dizer *não* sem desgostar. Por isso, à unanimidade, é tido como um Poder Moderador, contra os inevitáveis excessos de correligionários e adversários.

E teve a sorte de consorciar-se com gentil cearense, filha de um dos mais influentes militantes da política em nosso Estado, não obstante haver nascido na Paraíba o meu saudoso professor e querido amigo José de Borba Vasconcelos, a cuja vitoriosa candidatura o Patrono de minha turma de bacharéis em Direito emprestei meu entusiasmo e meu total apoio. Conheceu-a o Dr. Mauro Benevides nas suas diárias andanças pela rua Barão do Rio Branco, em demanda da sede da União de Moços Católicos, e persiste nessa abençoada união, à moda antiga embora para nós sempre atual, construindo um lar cujos cônjuges assim permanecerão "até que a morte os separe".

Agora o Dr. Mauro Benevides se incorpora, pela vontade soberana de seus pares, ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará como sócio efetivo. E o faz sobranceiramente, pelos méritos pessoais de caráter e inteligência e ainda pelo interesse demonstrado na pesquisa sobre a problemática cearense, sabido que nossa entidade cultural se dedica, há mais de noventa e oito anos, ao estudo da História, da Geografia e da Antropologia em geral, especialmente no que tange ao nosso Estado e ao Nordeste brasileiro.

Dr. Mauro Benevides:

Considero um privilégio a honrosa missão que o Instituto do Ceará me conferiu de saudar-vos no vosso ingresso nesta benemérita instituição cultural que é a chamada Casa do Barão de Studart.

Vindes armado cavalheiro de uma grande causa, vinculada ao futuro de nossa terra comum. E acode-me no momento a inspiração camoniana, quando o grande vate lembra ao Rei de Portugal que

> "a disciplina militar prestante
> não se aprende, senhor, na fantasia,
> sonhando, imaginando ou estudando,
> senão vendo, tratando e pelejando."

Ao que podeis responder sobranceiramente, a exemplo do mesmo Poeta, que

> "para servir-vos, braço às armas feito,
> para cantar-vos, mente às musas dadas."

Cabe-me, assim, frente à esplêndida realidade de vossa vocação para servir, tanto na ordem política como principalmente na lucubração intelectual, repetir, *ab imo pectore*, o que a mim disseram, pela voz de antigo e estimado professor, o Dr. José Waldo Ribeiro Ramos, os sócios do Instituto do Ceará em solenidade semelhante a esta: — "A tarefa dos demais já está designada e a vossa não demorará decerto, ansioso que andava o Instituto por contar-vos um dos seus. Sede, pois, bem-vindo, que esta Casa é vossa."